

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA

Diretoria Legislativa
Fls. 09

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1155/2021

Propositura: Projeto de Lei Complementar nº 1155/2021.

Autoria: Poder Executivo Municipal.

Mensagem nº: 01/2021

Ementa: *"Revoga em todos os seus dispositivos a Lei Complementar nº 802 de 20 de dezembro de 2019 do Município de Porto Velho/RO."*

Relator: Vereador Everaldo Alves Fogaça

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº 1155/2021 de autoria dos Poder Executivo Municipal, o qual aportou á esta Casa de Leis por meio da Mensagem nº 01/2021, cuja ementa: *"Revoga em todos os seus dispositivos a Lei Complementar nº 802 de 20 de dezembro de 2019 do Município de Porto Velho/RO."*

A Lei Complementar em tela vem submeter a apreciação e votação, na revogação de todos os seus dispositivos, que autoriza o Poder Executivo o pagamento de plantões a servidores não-efetivos do Município, ao instituir a Lei do Plantão, para os médicos clínicos gerais, técnicos em enfermagem e enfermeiros por desempenho de atividade nas UPAS e Pronto Atendimentos urbanos e rural no Município de Porto Velho/RO.

*Rua Belém, nº 139 – Embratel
Porto Velho - Rondônia*



Diretoria Legislativa
Fls. 10

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA

Na época do nascimento da Lei Complementar de nº 802, de 20 de dezembro de 2019, seu objetivo era de tentar amenizar os problemas enfrentados pelo Município, com a falta de profissionais de saúde, situação que ocasionava um risco iminente de paralisação por parte dos profissionais da área da saúde.

Portanto, foi uma alternativa que o poder executivo encontrou, no momento de sua criação, pois naquele momento havia um risco de paralisação por parte dos profissionais da área da saúde, o que seria um caos na saúde pública do Município, com isso, os representantes dos profissionais da área da saúde e o município realizaram acordo, colocando fim ao risco de paralisação.

De acordo com o que preleciona o Art. 94 *caput* do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho/RO, compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos submetidos a sua apreciação, quanto aos aspectos inerentes à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, redação e técnica legislativa.

Desse modo, o Projeto de Lei Complementar de nº 1155/2021 foi submetido à apreciação por esta Comissão, a qual passa a opinar nos termos da análise a seguir.

É o relatório.

II - DA ANÁLISE

Em análise pormenorizada da matéria legislativa colocada a nosso crivo, ficou evidenciado por esta Comissão Permanente que a projeto de Revogação da Lei Complementar em destaque encontra validade jurídica à luz da Constituição Federal.

*Rua Belém, nº 139 – Embratel
Porto Velho - Rondônia*



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA

Secretaria de Administração
Fls. 11

Isto porque, a matéria trazida a conhecimento desta Casa não usurpa da competência da União Federal em legislar privativamente sobre direito da saúde, trazendo no seu artigo 23 da Constituição Federal.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Posto isto, a Constituição Federal em seu artigo 30, inciso VII, autoriza os municípios a criarem normas diferente das já existentes, desde que com elas harmônicas e não as ultrapassem os liames constitucional.

Art. 30. Compete aos Municípios:

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

Portanto, a Lei Orgânica do Município preleciona em seus incisos VI, VIII, do Art. 87, as atribuições e Competência Privativa do poder executivo Municipal, quando diga respeito ao seu particular interesse e ao bem-estar de sua população.

Art. 87 - Compete privativamente ao Prefeito:

VI - Dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

VIII - prover e extinguir cargos públicos municipais, na forma da lei, exceto os de competência privativa da Câmara Municipal;

*Rua Belém, nº 139 – Embratel
Porto Velho - Rondônia*



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

GABINETE DO VEREADOR EVERALDO FOGAÇA

Protocolo 1.2
Fls. 12

Logo, uma vez que a presente propositura legisla sobre matéria de competência e atribuições do poder executivo a par das normas gerais que é de competência privativa da União Federal, não vemos óbice para a não aprovação da revogação de todos os seus dispositivos a Lei Complementar em análise.

Afora isto, o projeto de lei Complementar respeita as técnicas de elaboração, redação e alteração legislativa, como manda a Lei Complementar Federal nº 95/1998.

III – VOTO

Desta forma, na qualidade de Relator, designado para exarar parecer pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, **nosso voto é FAVORÁVEL à REVOGAÇÃO TOTAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1155/2021**, nos termos da análise acima fundamentada.

É como voto.

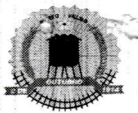
Plenário das Comissões.

Porto Velho/RO, 19 de fevereiro de 2021.

EVERALDO ALVES FOGAÇA

VEREADOR

Rua Belém, nº 139 – Embratel
Porto Velho - Rondônia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO – CCJR/2021

PROPOSITURA: Projeto de Lei Complementar n. 1155/2021 – Mens.nº01/2021

AUTORIA: Executivo Municipal

ASSUNTO: “Revoga em todos os seus dispositivos a Lei Complementar nº802, de 20 de dezembro de 2019.”

PARECER Nº 006/2021.

Senhor Presidente
Senhores Vereadores (a),

A **Comissão de Constituição, Justiça e Redação/2021**, após análise do voto do relator, Vereador Fogaça do Site O Observador, opina pela constitucionalidade do presente Projeto de Lei, e, no mérito, pela sua aprovação. É o PARECER desta Comissão.

Pelo exposto, somos pela aprovação da matéria. S.M.J.

Departamento Legislativo das Comissões, 23 de fevereiro de 2021.

Vereador Fogaça do Site O Observador
Presidente/CCJR/2021

Ver. Edmilson Dourado
1º Secretário/CCJR /2021

Ver. Dr. Gilber
2º Secretário/CCJR/2021